O.ECONÓMICO
REPORT

A Informação que você não pode dispensar.

Edição Julho de 2022

Desafiado pelo O.Económico para reflectir sobre o processo económico do País, nestes quase 50 anos de independência, o Professor António Francisco é peremptório:

UM FRACASSO

PÁG. 03

BNI: UMA DÉCADA DE CANALIZAÇÃO DE RECURSOS AO SECTOR PRODUTIVO

Selecionado para ser o repassador de fundos públicos para dinamizar os sectores produtivos e infraestruturas, ...

PÁG. 11

MERCADO BOLSISTA REFÉM DE DECISÕES ESTRUTURANTES E CORAJOSAS

Breve análise comparativa prospectiva entre as bolsas de Moçambique e Angola.

PÁG. 14

MOÇAMBIQUE PRECISA DE UM NOVO MODELO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

A actual estratégia de crescimento de Moçambique está limitada pela sua capacidade de gerar empregos...

PÁG. 17

News Inside

MERCADO DA ELECTRICIDADE COM TENDÊNCIA ATRACTIVA .PÁG. 19
LNG EM MAIS UM ANO EXCEPCIONAL .PÁG. 23
CONJUNTURA DE MERCADOS .PÁG. 26

29.06.2022
Entrevista com o Professor
ANTÓNIO FRANCISCO

Moçambique: 47 anos de Independência QUE REALIDADE ECONÓMICA?

Volvidos 47 anos de independência, o que é hoje Moçambique, como realidade económica?

Um fracasso. Um notável exemplo de fracasso do desenvolvimento económico a coexistir com um sucesso apreciável do subdesenvolvimento.

Como assim? 47 anos é um longo período. Pode fundamentar?

Sim. É o que os indicadores económicos mostram sobre a evolução da realidade no longo prazo. O sucesso ou insucesso dos países nas últimas cinco ou seis décadas, girou em torno do crescimento económico. Os dados estatísticos apenas confirmam aquilo que vivenciamos; devemos interpretá-los em vez de criar narrativas fictícias paralelas. Neste contexto, o fracasso manifesta-se na incapacidade de gerar crescimento económico, possível e desejável.

Que evidências estatísticas fundamentam a sua constatação sobre o fracasso? Não houve altos e baixos, ao longo do último meio século?

Claro que houve variações grandes, subidas e descidas bruscas das quais resulta uma tendência média. Por isso, devemos olhar para os dados disponibilizados por entidades reconhecidas internacionalmente, referentes ao desempenho económico. Por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) real per capita em paridade de poder de compra (PPC); um indicador alternativo às taxas de câmbio convencionais que medem a riqueza produzida, controlando os efeitos das variações dos preços e do poder aquisitivo entre países. O PIB real (PPC) per capita serve de proxy para medir o nível de vida e o desenvolvimento económico a longo prazo, articulando o crescimento da produção nacional e o crescimento demográfico da população.

O que mostra o PIB real per capita de Moçambique, na sua tendência a longo prazo e comparativamente ao desempenho de outros países, vizinhos ou distantes?

Para uma noção mais abrangente da evolução da realidade económica, recuemos uma década e meia antes de 1975. No início da década de 1960, Moçambique tinha um PIB real (PPC) per capita de $659 (correspondente 290 dólar americano convencional); um dos níveis de vida mais baixos na região da Africa Austral. Pior do que Moçambique, estava o Botswana, com $513 de PIB per capita, 78% do moçambicano em 1960. Em contraste com estes países, há 60 anos atrás, vários países vizinhos ou distantes desfrutavam de melhor PIB real per capita.

Todavia, o hiato ou distância do nível de vida desses países, alguns dos quais figuram hoje entre os mais ricos do mundo não era muito grande. Por exemplo, o nível de vida do Zimbabwe ($2.448) era cerca de quatro vezes maior do que o de Moçambique. Muito próximo do Zimbabwe encontravam-se a Malásia, com um PIB per capita de $2.690 e Singapura com $2.765. Mas o PIB per capita da República Democrática do Congo (RDC), Congo-Kinshasa, era de $2.984; superior ao dos três países atrás referidos e cinco vezes maior do que o moçambicano. Mais distanciados destes todos podemos mencionar Portugal ($4.577), na altura a Metrópole colonial, com um nível de vida sete vezes superior ao de Moçambique; e a Africa do Sul ($6.773) tinha um nível de vida 10 vezes maior do que o de Moçambique.

Volvidas seis décadas, o panorama actual em Moçambique (2019) apresenta uma ligeira melhoria, unicamente em relação ao Congo-Kinshasa. Apesar do Congo ser um dos países com maior concentração de

valiosos recursos naturais do mundo e ter em 1960 melhor padrão de vida do que a Malásia, Singapura e Coreia do Sul, no último meio século registou um decréscimo médio do PIB per capita na ordem de 2% ao ano. Presentemente tem um PIB per capita que é 80% do de Moçambique. O trambolhão do nível de vida da Venezuela na última década foi espantoso. Seu PIB per capita caiu de quase 19 mil dólares em 2010 para 250 dólares em 2019. Todos os outros países acima referidos, distanciaram-se de Moçambique, excepto a África do Sul que manteve a mesma distância de 1960 e o Zimbabwe perdeu a distância para metade. Os demais países, cresceram de forma notável. O Botswana possui hoje um PIB per capita 13 vezes maior do que o de Moçambique; o PIB per capita da Malásia é 21 vezes maior, o da Coreia do Sul 34 vezes maior e o de Singapura 67 vezes maior do que Moçambique.

"Não precisamos de complicar as coisas mais do que elas são. ... O grande mistério e desafio para as populações é saber gerar riqueza suficiente para reduzir e eliminar a carência, a fome e a própria pobreza."

Espero que a ilustração empírica anterior seja suficiente para o convencer do fracasso do desenvolvimento económico, decorrente da articulação do desempenho da economia e da demografia da população moçambicana. A comparação anterior poderá variar relativamente a outras fontes, por razões metodológicas e diferenças de dados. Se houvesse tempo podíamos especificar os ciclos de expansão e os ciclos de regressão, ou adicionar outras evidências empíricas; mas o retrato do fracasso do desenvolvimento económico não mudaria.

Sim, as tendências que apresentou mostram discrepâncias surpreendentes...

Para bem ou para mal, revelam desempenhos e percursos muito diferentes. Sobre Moçambique, não há como negar a realidade. Em 60 anos, o PIB real per capita moçambicano cresceu a uma média de 1% por ano, razão pela qual Moçambique mantém-se entre os mais pobres em África e no Mundo. Se compararmos com os países da SADC, em 60 anos Moçambique não conseguiu ultrapassar nenhum dos países com muito menos recursos naturais e humanos, excepto o Congo-Kinshasa que se converteu na principal incubadora de conflitos violentos regionais com a qual Moçambique tem estado empenhado em competir.

Acha que o fracasso do desenvolvimento económico é uma maldição, um destino sem retorno?

Não, mas temos que ser realistas. O intelectual brasileiro, Nelson Rodrigues, disse algures que o subdesenvolvimento não se improvisa; é obra de séculos. Em princípio, cada sociedade é responsável pelo seu destino, seja ele de miséria ou de abundância. Como a pobreza humana é uma condição natural de partida, em termos de evolução histórica, compete às elites, às lideranças políticas e económicas, apontar caminhos e escolher os meios adequados para gerar riqueza e prosperidade.

Não precisamos de complicar as coisas mais do que elas são. Ao longo da evolução humana, o grande mistério e desafio para as populações não foi saber a origem da pobreza, mas como gerar riqueza suficiente para reduzir e eliminar a carência, a fome e a própria pobreza.

Em todos os países, incluindo Moçambique, há pessoas ou grupos sociais que prosperam mais rápido do que os outros. Isto torna-se problemático quando o progresso de uns acontece à custa da maioria, em vez da inovação e criação própria. Infelizmente, a captura da independência por uma revolução radical visou eliminar as forças económico-sociais que favoreciam as minorias. Algo concebido na década de 1960, como confirma o livro de Eduardo Mondlane, Lutar por Moçambique. Segundo Mondlane, as condições necessárias para o progresso económico e social só podiam ser conseguidas eliminando não só as minorias raciais, mas

principalmente os grupos africanos privilegiados. Posteriormente, Samora Machel falava de matar os "jacarés" enquanto pequenos. De facto, a revolução destrui as elites mais produtivas e criadoras de riqueza que emergiram até à independência, criando condições para as mesmas fossem depois substituída por novas elites sustentadas pela distribuição da riqueza existente e sobretudo doada ou emprestada. Por isso, não tenhamos dúvidas. Existem actualmente elites moçambicanas com fortes motivos para estarem felizes com o tipo de independência celebrada neste 47º aniversário.

Como entender essa felicidade? Se o fracasso económico não foi predestinado, nem induzido por más-intenções, quem pode sentir-se contente com este quadro de conquistas?

Não subestime o egocentrismo e egoísmo do ser humano. Geralmente, se não é burrice ou fundamentalismo ideológico pode crer que é conveniência de interesses específicos. O facto de Moçambique ter falhado no processo de desenvolvimento económico, como sociedade ou país, não significa ausência de nichos, elites e grupos sociais vencedores.

O contentamento com o tipo de independência celebrada neste 47º aniversário justifica-se porque existem grupos de pessoas que lograram sucesso apreciável na vida, a começar por uma pequena minoria entre os que lutaram com armas pela independência. Digo pequena minoria, porque parte significativa dos combatentes pela independência, sem contar com os renegados, desertores ou afastados por discordarem da via revolucionária radical triunfante, também não partilham do "banquete" das conquistas da revolução.

Portanto, como adiantei no início, ao fim de meio século, a realidade da economia moçambicana evidencia um notável fracasso do crescimento económico, a nível agregado ou nacional, mas em contrapartida, revela um apreciável sucesso do subdesenvolvimento económico. Um sucesso que poderá perdurar no futuro, em vez do tão propalado desenvolvimento económico robusto, inclusivo e sustentável.

Sucesso do subdesenvolvimento, em que sentido? O Banco Mundial optaria pela designação "país em vias de desenvolvimento". O termo subdesenvolvido não é demasiado pessimista?

Ainda bem que pergunta sobre o sentido. É importante explicitar o meu entendimento do subdesenvolvimento, para não se confundir com a perspectiva que muito contribuiu para o fomento, em vez de combate ao subdesenvolvimento, na primeira década de independência e depois, nas décadas seguintes. Uma perspectiva em que acreditei também, até terminar a minha Licenciatura em Economia (1987). Refiro-me ao marxismo-leninismo, oficialmente convertido em ideologia do Partido Frelimo em 1977, mas também outras versões esquerdistas, mais ou menos radicais, tal como ficou consagrado no Hino Nacional de 1975: "Lutando contra a burguesia,/ Nossa Pátria será túmulo/ Do capitalismo e exploração".

"Não subestime o egocentrismo e egoísmo do ser humano. Geralmente, se não é burrice ou fundamentalismo ideológico pode crer que é conveniência de interesses específicos."

A experiência histórica internacional já tinha mostrado a inviabilidade do socialismo. A redução do subdesenvolvimento e pobreza

mundial resulta da produção em massa do capitalismo e não do socialismo. Porém, a Frelimo revolucionária acreditou, por algum tempo, que iria mostrar ao Mundo que o seu socialismo era científico e não utópico. Perante tal experiência é importante demarcar-me daquele entendimento do subdesenvolvimento com uma perspectiva que considero realista e não ilusória. Uma perspectiva que se demarca daquela que defende que o combate ao subdesenvolvimento pressupunha que o Estado soberano devia destruir o fraco mercado capitalista edificado desde que Moçambique nasceu como Estado moderno em 1891. Tentou-se fazer tábua rasa da história económica anterior de 85 anos, assumindo que a Nação nasceu em 1975.

Infelizmente a repressão política exercida pela administração colonial e a influência de ideologias esquerdistas, resultou no empoderamento de um movimento de guerrilha da extrema esquerda radical, com líderes como Mondlane, dos Santos e Machel, convencidos que a eliminação do

regime colonial-fascista pressupunha também a eliminação da economia de mercado capitalista. O irónico disto tudo é que enquanto a Frelimo lutava pela independência política, a economia moçambicana progredia na formação do capital nacional, aumentando a sua independência económica de Portugal antes de atingir a independência política.

Entidades internacionais como ONU, Banco Mundial, FMI, entre outros, tornaram-se peritos na retórica do politicamente correcto, ao fingir que o mundo se divide em "desenvolvido" e "em vias de desenvolvimento". Mas isso não faz deles mais optimistas do que aqueles que resistem à percepção cínica e hipócrita que ninguém regride, ou ninguém é anti modernização e progresso civilizacional. Perante os dados acima referidos, não há como inferir que a economia do Congo-Kinshasa, da Venezuela e de Moçambique estejam em vias de desenvolvimento e progresso. Recentemente, graças às fortes evidências empíricas e críticas de investigadores como Hans Rosling, o Banco Mundial abandonou a dicotomia "em vias de desenvolvimento" versus "desenvolvido", optando por uma classificação apenas numérica, anódina e não qualificativa - mudaram a classificação, deixando que cada um decidisse entre o cinismo e o realismo.

Portanto, considero a causa do subdesenvolvimento e os obstáculos ao desenvolvimento económico associada a vários factores como: baixa produtividade, escassez ou insuficiência de capital, condições do comércio externo, taxas de crescimento demográfico maiores do que as taxas de poupança interna, entre outros. Uma perspectiva oposta às que atribuem o subdesenvolvimento à exploração do homem pelo homem, à existência de capitalismo "a mais". Não vamos esquecer que foi a abordagem esquerdista de subdesenvolvimento que empurrou a economia nacional para a falência e fez com que Moçambique fosse classificado pelo Banco Mundial, o país mais pobre do Mundo, na década de 1980.

O tempo e o espaço para esta conversa são limitados; mas o que diz sobre domínios como educação? Nestes 47 anos o analfabetismo não reduziu significativamente? O INE (Instituto Nacional de Estatística) reporta uma redução do analfabetismo para menos de 40% em 2017...

Depende do que entende por significativo. Deixemos de lado a polémica da qualidade do ensino; se

aqueles que se declaram alfabetizados conseguem ou não ler um jornal, ou interpretar correctamente a língua oficial. Em 1970, Moçambique tinha nove milhões de habitantes; agora tem mais do triplo de pessoas. Suponhamos que em 1975 a população moçambicana era, em termos estatístico, 100% analfabeta. Significa que existiam cerca de 9,5 milhões de analfabetos moçambicanos. Volvidas cinco décadas, se considerarmos o índice de analfabetismo do INE (39% em 2017), actualmente existem cerca de 12 milhões de analfabetos. Ou seja, um efectivo de analfabetos maior do que há 50 anos atrás. Pelo que podemos observar, a sociedade moçambicana lida com este efectivo de analfabetos que cresce ao mesmo ritmo do crescimento médio da população (próximo de 3% ao ano) numa boa.

Com uma média de 1% de crescimento económico, em meio século, um país só consegue sub-desenvolver-se. E porquê? Porque 1% significa que a população apenas garante a sua sobrevivência, natural e demográfica, como aliás foi o que aconteceu nas sociedades pré-capitalistas, ao longo de milhares de anos. Uma sociedade que cresce a uma taxa de 1% ao ano, ao longo de décadas sucessivas, significa que foi incapaz de realizar uma tripla transformação indispensável ao seu progresso: 1) Falhou na transformação económica modernizadora do ambiente económico, alicerçada no investimento produtivo e acumulação de capital endógeno; 2) Falhou na transição demográfica; e 3) Falhou na transição institucional geradora de uma cidadania assente na liberdade económica, tolerância e segurança dos cidadãos e das comunidades.

"Pelo que vemos a sociedade moçambicana lida com este efectivo de analfabetos que cresce ao mesmo ritmo do crescimento médio da população... numa boa."

Quem foram os principais responsáveis do fracasso do desenvolvimento económico? A própria sociedade, a velha liderança política ou a nova liderança governativa?

"A vitória tem mil pais, mas a derrota é órfã". Este ditado foi sabiamente contrariado pela Frelimo, ao ser capaz de reivindicar a vitória política só para

si e atribuir os principais fracassos aos outros ou às calamidades naturais e ordem divina. Em 1975, a Frelimo foi consagrada constitucionalmente como "força dirigente do Estado e da Sociedade". Apesar das reformas introduzidas pela Constituição de 1990, nomeadamente a abertura ao multipartidarismo, estou convencido que o partido Frelimo nunca renunciou à pretensão de perpectuar-se como força dirigente e dominante do Estado e da Sociedade.

Sejamos realistas. O partido Frelimo tornou-se e continua a ser "O dono" ou "Soberano" de Moçambique. Por isso, como força dirigente e soberana do destino do país, devemos reconhecer-lhe a paternidade do sucesso inegável que teve e continua a ter, mas também das políticas económicas más que implementou. Por políticas económicas más refiro-me àquelas que rejeitam explicitamente a economia de mercado capitalista, ou se a aceitam, porque não consegue eliminá-la, privilegiam a dependência da poupança externa em detrimento do fomento e acumulação da poupança interna.

Em 1984 o partido Frelimo percebeu que não tinha outra saída senão aceitar a economia de mercado, abandonar a planificação burocrática centralizada e admitir algumas das tão diabolizadas políticas liberais. E a Frelimo mudou, porquê? Porque não era e nunca foi suicida. Diante do precipício, mudou o suficiente sem nunca renunciar ao seu ADN, a fim de permanecer força dirigente do Estado e da Sociedade.

Samora Machel não combateu energicamente o subdesenvolvimento? Ele liderou o famoso PPI (Plano Prospectivo e Indicativo) para 1980-1990: Década da vitória contra o subdesenvolvimento. O PPI falhou, porquê? Não foi por causa da guerra civil dos 16 anos?

Machel combateu energicamente o subdesenvolvimento nos discursos, tal como neste século Guebuza também promoveu a Revolução Verde, apenas no discurso. Na prática, o PPI fomentou mais do que combateu o subdesenvolvimento. Se o fracasso do PPI fosse por causa da guerra civil e a prioridade do partido no poder fosse combater o subdesenvolvimento da população, teria agido de forma muito diferente relativamente à guerra que se prolongou até 1992.

Sejamos honestos, intelectual e politicamente. O PPI falhou porque era economicamente inviável, devido aos mecanismos hostis à economia de mercado capitalista que o sustentava. Acredito que Machel aspirava à melhoria do padrão de vida para os moçambicanos, similar ao dos países nórdicos ou da Coreia do Sul, mas quis alcançá-lo com políticas e regras de jogo soviéticas ou norte-coreanas.

> *"Como força dirigente..., devemos reconhecer-lhe a paternidade do sucesso inegável que teve e continua a ter, mas também das políticas económicas más que implementou."*

Acha que o Marxismo-Leninismo (ML) e a opção pelo socialismo foram as causas principais do fracasso do desenvolvimento e do sucesso do subdesenvolvimento económico?

Em termos de oportunidade perdida para reformar, expandir e ampliar a frágil economia de mercado existente aquando da independência, diria

que sim. Porém, ao analisar atenta e criticamente a experiência das reformas liberalizadoras, após a substituição do ML pelo pragmatismo cínico, aparentemente não ideológico, considero que o ML e o socialismo radical, eufemisticamente chamado de "socialismo científico", foram apenas instrumentais para algo além disso.

Por isso, foi relativamente fácil à liderança política no poder perceber que insistir na via socialista seria suicida, aceitando descartar o instrumento ideológico que já não garantia evitar a alternância política. As reformas realizadas na década de 1990 visaram acabar com a guerra civil, algo que as reformas económicas por via do PRE (Plano de Reabilitação Económica) de 1987 não lograram alcançar. Mas mais importante e desafiante, do ponto de vista de estratégia de sobrevivência de um partido de Estado totalitário, era preservar o totalitarismo, adaptando o autoritarismo às novas circunstâncias. Aí, o ML deixou de ser instrumental e útil, forçando os intelectuais revolucionários do regime a redefinir seu papel de "idiotas úteis".

Em algum momento o Professor sentiu-se um "idiota útil"?

Sim, senti. A primeira vez que tomei consciência de tal papel foi no ano 1983, devido a dois acontecimentos muito problemáticos e perturbadores

da minha consciência:
1) O fuzilamento de alegados sabotadores criminosos económicos, como o comerciante Gulamo Nabi;
2) A famigerada "Operação Produção", em que um ex-colega, investigador da UEM, foi inesperadamente deportado para a reeducação no Niassa, acusado de anti-ML por discordar da versão mais ortodoxa do ML.

O que tem a dizer da liberalização económica promovida pelo PRE? Não logrou a reversão da crise e garantiu o crescimento da economia desde a década de 1990 até ao presente?

Sim, o PRE conseguiu estancar e reverter a tendência negativa do crescimento económico. Fê-lo, graças a algumas reformas liberais que dinamizaram o mercado privado. Porém, tais reformas foram insuficientes para criar um ambiente de liberdade política pluralista que pusesse fim à guerra civil. Só com a Constituição da República de 1990 é que foram criadas condições para que a guerra civil terminasse.

A liberalização económica e a parcial democratização política beneficiaram do fim da guerra fria e emergência da nova ordem económica internacional, decorrente da queda do poder soviético, no início da década de 1990, das reformas económicas liberalizadoras na China e emergência do capitalismo oligárquico em vários países do extinto bloco socialista do Leste. O Estado moçambicano passou a tolerar formalmente a economia capitalista, mas o partido de Estado totalitário conseguiu sobreviver e gradualmente consolidar-se, através da acumulação de poder financeiro por parte do partido no poder.

Moçambique já tem um modelo económico próprio?

A resposta mais realística é sim e não, dependendo da perspectiva. De algum modo, o subdesenvolvimento económico representa um certo modelo de desenvolvimento no sentido de uma certa via de articulação de múltiplos universos económicos, relativamente autónomos, tanto na economia formal e informal legitima, como na economia informal e ilegítimo que apesar de não ser captada pelas estatísticas oficiais (não é contabilizada no PIB), jogam um papel dinâmico no amplo multiverso económico nacional.

Sentimos isso em Maputo, e não só, com o investimento imobiliário da chamada "lavagem de dinheiro"; no tráfego de drogas, de armas, de madeiras e pedras preciosas; na indústria de raptos; no comércio ilegal de diversos produtos. Por isso, em trabalhos anteriores, designei a economia nacional por *bazarconomia,* porque configura um bazar integrante de vários universos económicos.

Mas entre tais universos económicos há certamente uns mais determinantes ...

Sim, sem dúvida. Na lógica globalista do marxismo a explicação é relativamente simples. Diz-se que a economia moçambicana integra e situa-se na periferia de um vasto "iceberg" da ordem internacional capitalista, parafraseando Jacinto Veloso (no livro "A Caminho da Paz Definitiva"). Mas há um elemento perverso nessa lógica, se reconhecermos que a maioria da população moçambicana foi empurrada para uma economia de troca simples e subsistência precária pela distopia socialista em vez da economia capitalista.

O abandono da planificação centralizada socialista e as medidas de liberalização reverteram a tendência regressiva da economia de mercado, mas o partido Frelimo nunca renunciou ao intervencionismo estatal na economia. Continuou e continua a privilegiar mais o intervencionismo estatal do que a liberdade económica, associada a segurança individual e pública bem como protecção da propriedade pessoal e privada.

Quer dizer que o partido no poder e os seus militantes e simpatizantes beneficiam mais com o subdesenvolvimento do que com o desenvolvimento económico?

Sem dúvida. A nível nacional, certamente foram e são os beneficiários imediatos. Juntam-se a eles os parceiros económicos emergentes, principalmente aqueles que têm vocação especulativa. Há também um conjunto de operadores externos, investidores, especuladores, comerciantes e empreendedores, com sentido de oportunidade de negócios. Todavia, a classe média emergente, constituída pelas novas gerações de funcionários públicos, profissionais liberais, intelectuais e elites tradicionais, é uma classe relativamente pobre, consistente com o fraco crescimento económico gerado pelas reformas económicas.

> *"O PRE conseguiu estancar e reverter a tendência negativa do crescimento económico. Fê-lo, graças a algumas reformas liberais que dinamizaram o mercado privado."*

Podemos falar de um modelo económico próprio, em termos do quadro institucional favorável ao subdesenvolvimento em mecanismos especulativos, predadores, distribucionista do investimento ancorado na poupança externa. Um modelo favorável à concentração da acumulação do capital em torno da

elite política, mas hostil ao fomento de um crescimento económico assente na poupança interna inclusiva, complementada em vez de substituída pela poupança externa.

Porquê hostil à poupança interna inclusiva? Onde fica o empoderamento e auto-estima e o famoso slogan "contar com as próprias forças"?

Ficou na gaveta da retórica falaciosa e hipócrita. A história mostra-nos que tal slogan dos primeiros anos de independência, apenas serviu para distrair as atenções da ofensiva distribucionista dos recursos da elite moçambicana da era colonial para benefício da nova elite moçambicana após a independência.

Numa perspectiva liberal, contar com as próprias forças pressupõe liberdade económica individual e colectiva. Desde a segunda metade da década de 1980, o partido Frelimo instrumentalizou o neoliberalismo, para reverter a tendência regressiva e energizar a actividade empresarial e os negócios. Usando um neologismo apropriado, diria que a liberalização foi e é usada como o "viagra" do intervencionismo do Estado; estimula e energiza o intervencionismo do Estado, sem todavia promover e valorizar a liberdade económica individual e empresarial.

Contrariamente ao propalado após a independência, a hegemonia do partido sobre o Estado totalitário não sobreviria se continuassem a matar o "jacaré" no ovo, como declarava Machel. A nova burguesia tinha de apropriar-se dos recursos anteriormente nacionalizados. Apenas permaneceu nacionalizado, por razões estratégicas da preservação do Estado totalitário, a propriedade estatal sobre a terra e um conjunto de empresas públicas vitais na gestão e mobilidade territorial. Sobre isto, penso que o General Alberto Chipande sintetizou bem e com uma franqueza notável a lógica económica do partido Frelimo: "Ricos de quê? E se fossem ricos? Qual o mal? Não foram eles que trouxeram a independência de que estais a usufruir? (...) Queremos capital socialista e não capitalista. A nossa política continua a mesma de há 40 anos".

> *"A longo prazo, estou convencido de que quem mais perdeu e perde com o subdesenvolvimento económico são os cidadãos rurais e semi-urbanos..."*

Quem mais perdeu e perde com a opção pelo subdesenvolvimento?

Inicialmente, os perdedores imediatos foram a elite moçambicana da era colonial, profissionais liberais, intelectuais e funcionários públicos acusados de comprometidos com o antigo regime, camponeses remediados, trabalhadores urbanos e autoridades tradicionais (régulos) que não se engajaram no processo revolucionário.

Muitas vezes, fala-se da fragilização da economia nacional causada pelo êxodo migratório massivo dos colonos portugueses. Porém, tal fragilização poderia ter sido mitigada e superada se o êxodo não tivesse incluído também os milhares de profissionais e camponeses moçambicanos, de nível médio ou alto, que migraram para países vizinhos e distantes. A longo prazo, estou convencido de que quem mais perdeu e perde com o subdesenvolvimento económico são os cidadãos rurais e semi-urbanos. Quem mais beneficiou com a saída massiva de estrangeiros e moçambicanos para o exterior, pelo que representou em aquisição de capital humano, foi Portugal e a África do Sul.

Existe alguma hipótese de a Frelimo se reinventar e converter numa força de mudança em prol do desenvolvimento em vez do subdesenvolvimento económico?

Não acredito, por uma razão simples e curiosa. A Frelimo não é suicida. Teria que aceitar suicidar-se como partido de Estado totalitário e predador, para se reinventar como partido reformador e progressivo. Digo progressivo, para evitar confusão com o termo "progressista", apropriado pelos esquerdistas. Duvido que a Frelimo tenha capacidade, incluindo coragem ou mesmo vontade, para tal transformação. Além de não fazer parte do seu ADN, só um modelo de subdesenvolvimento sustenta o enorme sucesso do partido Frelimo no passado e pode garantir que tal sucesso perdure.

Se a Frelimo não tem essa capacidade, significa que não há alternativa ao subdesenvolvimento em Moçambique?

Tão breve, não vejo como. Ficarei muito agradecido se alguém me apontar uma alternativa, realista, a nível principalmente interno. A nível externo, existe uma brecha, relacionada com a oportunidade ímpar proporcionada pela exploração do gás natural em Cabo Delgado. Como essa oportunidade pode reforçar o Estado totalitário, não me parecer haver motivos de receio que o partido no poder crie obstáculos ao seu avanço.

E a nível interno, acha que a Frelimo prefere não ter uma oposição política forte?

Claro! Só não preferiria se fizesse parte do seu patriotismo reconhecer e respeitar a diversidade, a cidadania

pluralista, a concorrência política e económica saudáveis, a alternância política. Enfim, era preciso que priorizasse mais o desenvolvimento económico do que a perpectuação do controle do Estado totalitário. Infelizmente, dentro da própria Frelimo não existem condições para emergência de contrapoderes capazes de fomentarem uma opção reformista orientada para o desenvolvimento. O Presidente Armando Guebuza foi a última chance. Teve a oportunidade ao seu alcance, mas deixou-a escapar de forma lamentável e trágica, com o calote das "dívidas ilegais" que diz ter concebido mas não implementado.

Porquê?

Não o conheço pessoalmente, mas pelo que pude perceber do seu comportamento e acções públicas, Armando Guebuza nunca deixou de ser revolucionário esquerdista; apenas mudou de radical para pragmático dissimulado. Salvaguardando as devidas distâncias, penso que Guebuza quis fazer o que Eduardo dos Santos fez com Angola e Vladimir Putin fez na Rússia, ao promoverem um capitalismo oligárquico e de compadrio. Diferentemente do ex-Presidente angolano, mas tal como Putin, tentou vingar-se da queda do socialismo soviético, mas subestimou a astúcia canalha dos predadores financeiros internacionais no caso das "dívidas ilegais".

E o Presidente Nyusi? Também o considera revolucionário?

Não. De modo algum. Ele faz parte de outro grupo geracional dentro da Frelimo...

Qual?

Sem querer fugir à pergunta, acho que estamos a desviarmo-nos do foco. Um ex-Reitor da UEM chamou-lhe de forma bem humorada à dita "geração da viragem" a "geração da capotagem". Contudo, não me parece útil insistir na personalização porque não ajuda a entender os desafios económicos. Abri uma excepção relativamente a Guebuza porque penso que ele representou a última esperança que a Frelimo teve de se reinventar e converter num partido reformista.

Então, discorda dos que consideram a Frelimo um partido neoliberal?

Neoliberal pode ser, parcialmente, na medida em que o intervencionismo recorre a medidas liberais para perpectuar e consolidar o seu intervencionismo estatal. Agora, liberal no sentido de alternativa de direita, definitivamente não. Esse epiteto de neoliberalismo atribuído à governação moçambicana, é conversa de esquerdista, quer esquerdista ideológico (como os marxistas confessos, que são poucos), quer esquerdista psicológico sem qualquer convicção ideológica e política.
O partido Frelimo só é reformista quando é forçado pelas circunstâncias, porque o seu ADN e sua vocação é desenvolver-se a si próprio por via do controle do poder do Estado. Aceita mudar quando a alternativa que lhe resta é o suicídio. No passado, só renunciou ao ML e ao "socialismo científico" quando Moçambique ficou na iminência de se tornar um Estado Falhado. Recentemente, com a guerra em Cabo Delgado, só deixou cair o argumento da "soberania nacional", porque a alternativa em perspectiva era o alastramento da guerra e provável tomada da Cidade de Pemba e outras localidades no norte do país.

Depois do ataque a Afungi, a Empresa Total e presumivelmente o Presidente Macron, acabaram com a falácia da soberania nacional em apenas dois meses. A intervenção do exército do Ruanda foi aceite, sem que a Assembleia da República fosse chamada a pronunciar-se. Na verdade, o mesmo já vinha sucedendo com a intervenção de mercenários russos e sul-africanos. Macron parece ter percebido que iria perder tempo se procura uma solução para a guerra ameaça a Total (a nível *onshore*) através do exército Sul-Africano e SADC.

Acha possível a emergência de um modelo capaz de contrariar o subdesenvolvimento económico?

Vai depender da dinâmica económica internacional futura. Depois da invasão da Rússia à Ucrânia, a 24 de Fevereiro do corrente ano, ninguém sabe como irá reconfigurar-se a nova ordem internacional. Moçambique tornou-se independente em plena guerra fria, agora deverá preparar-se para entrar numa nova guerra fria, cujas consequências ninguém está em condições de vaticinar. O.E